



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadac; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 08: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Co-lombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes,

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Crianças - ADAC, com sede e foro à rua Desembargador Benvido Valente nº 130, nesta Capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 157/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.06.97
 (aa) CESAR SELEME - Presidente
 SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 175/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública

a Creche Lions Ledi Maas, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 55 de 22.04.97).**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/97, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 013/97, que autoriza o Poder Executivo a subscrever o aumento do capital social do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, até o montante de R\$ 11.801.000,00, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59 de 28.04.97 Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 184/97

P A R E C E R:

A Proposição sob exame visa autorizar o Governo Estadual a subscrever aumento do capital Social do Banestado até o limite de R\$ 11.801.000,00 (onze milhões e oitocentos e um mil reais).

A medida, além das vantagens arroladas na mensagem governamental, vem de encontro aos novos parâmetros estabelecidos no Acordo Brasília, do qual o Brasil é signatário, para avaliação das instituições financeiras, que deverão ter maior capitalização visando ajustar a estrutura do Patrimônio Líquido com a estrutura de seus Ativos Financeiros.

O montante do aumento do Capital Social do Banco é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), e o montante que toca ao Estado do Paraná é o valor proposto neste Projeto de Lei, preservando deste modo percentual de 47,204% correspondente a atual participação societária do Estado.

A autorização legislativa impõe-se por força de determinação prevista no inciso XIX, do artigo 87 da Constituição Estadual.

Observando os pressupostos constitucionais legais e regimentais a Proposição em apreço merece o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça para que siga normal tramitação até sua apreciação no Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 10.06.97
 (aa) JOEL COIMBRA - Presidente
 WALMOR TRENTINI - Relator

COMISSÃO DAS FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 184/97

P A R E C E R:

Relatório

A presente propositura de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 013/97, visa autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital social do Banco do Estado do Paraná S.A. - BANESTADO, até o montante R\$ 11.801.000,00 (onze milhões, oitocentos e um mil reais).

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou não haver nenhum impedimento que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97
 (aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
 DUFFIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/97, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 020/97, que aprova ajuste do Programa de Obras no valor de R\$ 5.683.893,00 (cinco

milhões seiscentos e oitenta e três mil oitocentos e noventa e três reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para Desenvolvimento Educacional, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87 de 04.06.97 Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 250/97, objetiva a aprovação de ajuste ao orçamento da FUNDEPAR para este exercício.

A alteração orçamentária proposta viabilizará a conclusão das obras do Programa do Banco Mundial que necessitam de serviços não previstos no orçamento inicial. Por outro lado os recursos necessários para cobrir tais despesas são decorrentes de obras que licitadas em 1996, encontram-se concluídas ou em andamento, e cujo orçamento inicial por ocasião da licitação sofreu alteração que resultou em sobra de numerário.

A medida proposta, em obediência ao que preceitua a Constituição Estadual em seu art. 135, Inciso V, foi encaminhada ao Poder Legislativo para a competente autorização e dela consta a indicação dos recursos que lhe dão cobertura.

Tendo em vista que a proposição está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.06.97
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 250/97

P A R E C E R:

Relatório

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 020/97, visa aprovar ajuste ao Programa de Obras no valor de R\$ 5.683.893,00, ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional.

Fundamentação

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou não haver nenhum impedimento que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 10.06.97
(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, observei aqui este Pedido de Suplementação do Governo não especifica na verdade o nome dos Municípios que estão tendo obras canceladas por esta suplementação orçamentária. Desta forma, nós ficamos aqui, Sr. Presidente, sem saber de onde que o Governo está tirando os recursos, de quais Municípios, a fim até de que nós pudéssemos fazer uma checagem para saber se estas escolas que estão perdendo recursos, recursos importantes, valores enormes não sejam de fundamental importância, quais foram os critérios utilizados porque quando da elaboração da Lei Orçamentária aqui por esta Casa, foi na verdade, destinado recursos para escolas que tinham a necessidade de serem ampliadas, reformadas, enfim, mereciam recursos por parte do Governo do Estado e aqui nós observamos que infelizmente não estão especificados os Municípios numa grande quantidade, que estão perdendo os recursos para

a reforma ou ampliação dos estabelecimentos de ensino. Por isso seria conveniente, Sr. Presidente, que V.Exª, solicitasse à FUNDEPAR que mandasse para esta Casa a relação de quais e de onde estão localizadas estas escolas que o Governo está reduzindo os recursos, está cancelando recursos para investimento na melhoria destas salas de aula ou dos estabelecimentos de ensino, então, se prende neste fato o nosso pedido de Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa informa a V.Exª, que a Ordem do Dia de hoje relaciona todas as obras objeto desta Lei e V.Exª, deve ter a Ordem do Dia de hoje.

O SR. NEREU MOURA - Tenho Sr. Presidente, só não tenho os Municípios.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, aqui está relacionado apenas um milhão, cento e trinta e oito se não me falha a memória, quando a suplementação dá cinco milhões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Só para esclarecer ao Deputado. Hoje a matéria está em Primeira Discussão e V.Exª, poderá verificar que a relação atinge muito mais do que foi mencionado pelo Deputado Pessuti.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero só, Sr. Presidente, esclarecer o ilustre Deputado Nereu Moura, que acredito que o meu esclarecimento vai contribuir e muito. Estas são obras financiadas pelo Programa do Banco Mundial em que foram previstos valores. Naturalmente feitas as licitações estas não chegaram nos valores estimados, vou citar um exemplo: Uma obra estimada em 500 mil reais, licitada na concorrência o valor saiu por 350. Só que isso está sendo feito e não está tendo cancelamento de nenhuma obra, apenas estão sendo usados recursos que sobraram na previsão do programa do financiamento feito pelo Banco Mundial.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Está aqui no anexo do Projeto de Lei do Governo a redução dos recursos para as obras, o cancelamento, não sou eu que estou dizendo, é a Lei, só que só estão os nomes dos Colégios, não estão os nomes dos Municípios. Está muito claro. Por exemplo: Redução das Obras - Ampliar Escola Municipal Francisco dos Santos Leal. Não sei de onde é este Colégio, Sr. Presidente, e gostaria de saber quais são os Municípios que estão tendo estas obras canceladas, que não está claro no Projeto de Lei do Governo do Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Não está, Sr. Presidente, sendo cancelada nenhuma obra. O que está tendo neste momento, nessa suplementação é o remanejamento. Por quê? Quando foi feito o programa foi previsto um valor da obra, na hora da licitação não se chegou ao seu valor estimado, sobraram recursos naquela verba. Então, está se remanejando os recursos para outro setor. Então, não existe cancelamento de nenhuma obra e de nenhuma obra localizada em qualquer Município do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Projeto. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Com meu voto em contrário Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/97, que aprova ajuste do Programa de Obras no valor de R\$ 1.138.524,00 (um milhão cento e trinta e oito mil quinhentos e vinte e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 87, de 04.06.97 Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 251/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei em exame nascido da Mensagem Governamental nº 21/97, objetiva aprovação de ajuste ao vigente orçamento da FUNDEPAR.

A proposição foi motivada, em grande parte, ante o aumento do número de matrículas para o ano letivo de 1997, demandado a construção de novas salas de aula e outras dependências nos estabelecimentos de ensino arrolados.

A necessidade da autorização legislativa para a alteração orçamentária proposta, decorre de imperativo constitucional (art. 135, inciso VI), que também impõe sejam indicados os recursos para a devida cobertura. Providência tomada nos anexos que acompanham a proposição.

Portanto, em consonância com os mandamentos constitucionais, legais e regimentais, está o Projeto de Lei em condições de receber Parecer Favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 251/97

PARECER:

RELATÓRIO

A presente proposição de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 21/97, visa aprovar ajuste do Programa de Obras no valor de R\$ 1.138.524,00 ao vigente orçamento da Secretaria Especial para o Desenvolvimento Educacional.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, verificou não haver nenhum impedimento que possa obstar sua

normal tramitação por esta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente;

DUÍLIO GENARI - Relator.

A Mesa determina aos auxiliares aqui que publiquem novamente a relação constante da Ordem do Dia de hoje.

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Sr. Presidente, antes de encerrar a Sessão, só gostaria de registrar a presença, se V.Ex.^a permitir, do Prefeito de São Pedro do Iguaçu, Francisco Dantas Neto, nosso popular Chiquinho, e também uma comitiva do Município de Corbélia, encabeçando diversas Lideranças, o nosso amigo Evanor e as demais pessoas. Obrigado pela presença.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas para registrar a presença do Prefeito de Nova Aurora e os seus amigos, Prefeito Delmo de Nova Aurora presente entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente registrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu só gostaria de fazer um convite à imprensa, aos Parlamentares e à sociedade paranaense. Amanhã está havendo um movimento da sociedade paranaense para ir a Brasília conversar com o Presidente do Congresso. E gostaríamos de contar com a presença de todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Lavanta-se a sessão.